

A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos

*Laís Abramo e
Cecilia Montero*

Introdução

O nascimento da Sociologia do Trabalho como campo disciplinar específico na América Latina é um fenômeno recente. Data dos anos 50/60. Mas, a despeito disso, a Sociologia do Trabalho se caracteriza atualmente por um amplo e diversificado campo de pesquisa, com um importante acúmulo de trabalho empírico e reflexão teórica. No momento em que assistimos ao duplo processo de reorganização social do trabalho e de globalização das formas capitalistas de produção, é pertinente refletir sobre a direção teórica e empírica que têm tomado os estudos do trabalho na região. A conjuntura atual é propícia, já que nos últimos anos se vem realizando um esforço coletivo de sistematização dos principais avanços e orientações dos estudos do trabalho.¹

De maneira geral, observam-se mudanças na temática, nos métodos de estudo e nas formulações teóricas da Sociologia do Trabalho latino-americana. Estas mudanças traduzem a maneira pela qual as Ciências Sociais deram conta das duas grandes rupturas ocorridas nas últimas três décadas. Por um lado, a crise do modelo de industrialização por substituição de importações e dos regimes reformistas e populistas que serviram de base à formação dos atores sociais na região. Crise que culmina, em alguns casos, com a instauração de regimes autoritários, que redefiniram a relação capital-trabalho e o papel do movimento operário no processo de desenvolvimento. Por outro lado, os processos mais recentes de ajuste, reconver-

são produtiva e modernização tecnológica, associados à globalização da economia mundial e à crise do modelo taylorista-fordista de organização do trabalho.

Rupturas importantes que ecoaram no pensamento social. Evidência de que a produção do conhecimento não se faz independente da evolução do contexto histórico nacional e internacional. Assim o demonstra a análise sociológica da produção científica que se vem realizando há alguns anos na França, Estados Unidos e em vários países latino-americanos.

O enfoque que adotamos aqui propõe uma leitura dos estudos do trabalho em dois níveis: (a) a origem das influências estrangeiras e a maneira pela qual, ao serem aplicados à nossa realidade, os conceitos e teorias forâneas foram adaptados e/ou reformulados; (b) a mudança nos paradigmas produtivos e nas formas de inserção dos atores sociais no processo de desenvolvimento, e a maneira pela qual as Ciências Sociais têm dado conta disso.

Nas duas primeiras seções deste artigo recordamos o contexto em que os estudos do trabalho surgem como disciplina acadêmica nos Estados Unidos e na França. Consideramos que a Sociologia não é uma disciplina auto-referente, mas que trabalha com critérios de pertinência e de legitimidade proporcionados externamente pelos atores e movimentos sociais. De particular interesse será, então, contrastar os vínculos da prática sociológica com as hegemonias econômicas e político-culturais que se constituíram nesses países na fase de industrialização.

Nas seções seguintes, que compõem a segunda parte do trabalho, analisamos a forma como a pesquisa traduziu e interpretou as principais rupturas ocorridas na organização social do trabalho na América Latina. O fato de haver maior referência a certos países, em detrimento de outros, reflete a trajetória das autoras e a facilidade de acesso a material bibliográfico. Reconhecemos os vazios que isso implica.

Sociologia Industrial, Sociologia do Trabalho: Os Fatos Fundadores

Na América Latina, as Ciências Sociais surgem em estreita relação com a evolução do contexto social e político. Daí sua importância enquanto esteve vigente o modelo de sociedades Estado-cêntricas e o predomínio da matriz sociopolítica (Garretón, 1983). Esta orientação inicial também contribuiu para perpetuar uma certa debilidade empírica. Georges Friedmann, o criador da Sociologia do Trabalho francesa, via nisso um risco: o de uma sociedade empenhada em se conhecer mas que, não tendo os métodos para fazê-lo, terminasse adotando noções e métodos estrangeiros à própria realidade (Friedmann, 1966).

Trinta anos mais tarde, quando os países latino-americanos lutam por manter sua inserção no mercado mundial, cabe examinar a trajetória seguida pelos paradigmas teóricos adotados pela Sociologia no esforço de compreender a realidade do trabalho e da empresa. Qual foi a influência dos sistemas teóricos estrangeiros? Os conceitos forâneos foram adaptados e renovados ao serem confrontados com a realidade local? Surgiram novos conceitos? Surgiram novas soluções para problemas já experimentados em outros lugares?

Nesta seção procederemos a uma primeira reconstrução, seletiva e parcial, de algumas teorias e conceitos que influenciaram o debate latino-americano. Com tal objetivo, recordamos a origem histórica da Sociologia Industrial e da Sociologia do Trabalho nos Estados Unidos e na França, os problemas e as perguntas que buscavam responder. Em

seguida, vemos se as mesmas preocupações estiveram presentes no contexto latino-americano.²

O Enfoque Adaptativo

Há consenso em reconhecer como evento fundador da Sociologia Industrial as investigações da equipe de Elton Mayo na planta Hawthorne da empresa Western Electric, entre 1927 e 1939.³ Elas “descobrem” a importância da dimensão coletiva e a presença de grupos e de relações informais nas situações de trabalho. Estudos recentes de história econômica dos Estados Unidos permitem situar muito antes, entre 1900 e 1920, a entrada das Ciências Sociais na empresa, como parte do processo de racionalização do trabalho empreendido por engenheiros das grandes companhias (Noble, 1977; Montgomery, 1979).

O primeiro quarto de século representou uma etapa decisiva para o desenvolvimento do capitalismo, durante a qual se asentaram as bases sociológicas, tecnológicas e organizacionais da produção de massas e das funções de administração e gestão dos recursos humanos (Montero-Casassus e Desmarez, 1985). Segundo Montgomery (1979), “é graças aos engenheiros que a dialética da produção social, entre forças produtivas e relações sociais, desaparece por trás do que se chamou o *management*”.

De fato, a Sociologia Industrial e a Escola de Relações Humanas surgem como resposta à demanda social gerada pelos engenheiros. Esta buscava soluções para os problemas gerados pela concentração da produção em grandes fábricas, pela crescente mecanização do trabalho e, sobretudo, pela chamada “crise de controle” da força de trabalho (Edwards, 1979). Nesses anos se desenharam formas de enfrentar o conflito trabalhista, de obter a disciplina industrial da grande massa de trabalhadores imigrantes, de adaptá-los ao *american way of life*. A organização científica do trabalho (O.C.T.) buscou recuperar o controle gerencial do processo de trabalho e aumentar o rendimento laboral.

Desta aproximação entre as Ciências Sociais e os problemas da indústria surge o enfoque da empresa como sistema social, que, posteriormente, será generalizado por Parsons para toda a sociedade. A empresa é um dado, não interessa seu entorno ou as influências externas. A fábrica é o microcosmo da intervenção social. As Ciências Sociais fazem parte da engenharia social própria da época, cujo objetivo era a adaptação aos requisitos funcionais do sistema.

Essa problemática, e em especial os temas da racionalização e seu corolário, as relações humanas, não figuram senão muito mais tarde entre as preocupações dos cientistas sociais latino-americanos que, em sua grande maioria, não optaram pela orientação adaptativa que considera o social como o suporte do *one best way*. Essa postura deve-se, provavelmente, a que na América Latina a orientação dos cientistas sociais foi mais política, de compromisso com os atores sindicais e de crítica às posições patronais. A ausência de financiamento privado para a pesquisa contribuiu também para que os sociólogos e outros cientistas sociais se mantivessem alijados das atividades de consultoria e de assessoria a empresas.

A influência da Escola de Relações Humanas tampouco se fez sentir na administração de recursos humanos na empresa. Alguns autores atribuem esta carência ao fato de que "as próprias organizações sindicais viam nela uma corrente a serviço dos exploradores" (Rama e Silveira, 1991). Em todo caso, o sociólogo esteve mais próximo do ator sindical que do empresário até fins dos anos 80, quando, no marco do processo de reconversão exportadora, as novas teorias da organização e do *management* permitiram uma aproximação dos cientistas sociais às empresas, na qualidade de consultores.

O Paradigma da Modernização

Mais importante foi a difusão do paradigma "industrialista" ligado às teorias do crescimento econômico. Terminada a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos projetaram para o resto do mundo seu mo-

delo de desenvolvimento industrial.⁴ As primeiras pesquisas empíricas tiveram por objetivo analisar aquelas dimensões da sociedade tradicional que podiam representar um freio ao processo de desenvolvimento. Numerosos são os autores que se aproximam do tema da sociedade industrial (Whyte, 1946; Moore, 1946; Warner, 1947; Kerr, 1960).⁵ Ao contrário dos sociólogos industriais, os teóricos do crescimento não se limitaram à empresa, mas prestaram atenção ao conjunto de relações sociais próprias da economia capitalista e suas regras de funcionamento.

O enfoque da modernização foi reforçado graças à contribuição do funcionalismo parsoniano, como teoria abstrata do sistema social em constante adaptação. A influência teórica do estrutural-funcionalismo é visível em muitos estudos dos anos 60: W.F. Whyte realiza uma investigação no Peru sobre a orientação valorativa dos jovens a respeito do progresso econômico (Sulmont, 1993); J. Kahl (1976) dirige vários estudos sobre o comportamento político dos trabalhadores no México, Brasil e Chile; M. Barrera (1973) se inspira no enfoque do conflito industrial de C. Kerr para estudar o caso das grandes empresas chilenas de mineração do cobre. A perspectiva funcionalista esteve também presente nos estudos sobre os empresários. Sob a influência de D. McClelland, o sociólogo chileno F. Galofré (1970) realizou uma pesquisa sobre o *need of achievement* (motivação para o lucro) de membros da elite dos setores público e privado. Um enfoque similar teve a pesquisa sobre empresários industriais no Peru, Chile e Argentina dirigida por Guillermo Briones (1963).

Em certa medida, o enfoque evolucionista distanciou os cientistas sociais do estudo concreto da produção industrial e das relações de trabalho, voltando-os para os problemas macrossociais do desenvolvimento. O que se buscou foi situar grupos, comunidades e atores nos eixos tradicional-moderno, rural-urbano, agrícola-industrial. As sociedades latino-americanas foram investigadas e classificadas segundo a matriz dualista. A cultura nacional, as relações primárias, as

práticas clientelistas, o populismo etc. apareceram como entraves ao processo de racionalização e à introdução da ciência e da tecnologia na produção. A Sociologia do Desenvolvimento, com G. Germani e outros, se constitui na versão latino-americana do paradigma da modernização.

**O Enfoque Humanista:
O Tipo Ideal do Homo Faber**

A tradição sociológica francesa é radicalmente diferente da americana, dado que assume a questão da modernidade e, portanto, a historicidade como seu foco central. A Sociologia do Trabalho herdou de Proudhon a visão da centralidade do trabalho (simbolizado pelo trabalhador qualificado) na dinâmica social. O trabalho era visto como o ato básico, o ato livre e criador por excelência. Os intelectuais franceses do pós-guerra eram portadores dessa cultura, que punha o trabalhador de ofício no centro do processo de produção de riquezas e de valores.

Os primeiros estudos sobre o trabalho operário se inserem nessa tradição humanista. Por isto Georges Friedmann insiste que não devemos nos limitar a estudar a indústria, como os sociólogos americanos, mas sim abarcar todas as coletividades de trabalho. Apesar disso, a figura paradigmática da Sociologia francesa foi o operário qualificado da indústria. Os estudos clássicos limitaram-se à empresa industrial, âmbito em que se estuda a relação do operário com a máquina, a divisão do trabalho e o comportamento coletivo. Não foram estudadas outras atividades como o comércio e os serviços, nem outras categorias de trabalhadores, menos ainda as mulheres (Colloque de Dourdan, 1978).

A esta perspectiva, que se poderia qualificar de "obreirista", se soma a crença de que o progresso técnico levaria ao progresso social. A Sociologia do Trabalho oscila, assim, entre o determinismo tecnológico e o paradigma da modernidade (Touraine, 1992).⁶

O conceito de trabalho como ato fundador se traduziu no âmbito metodológico e teórico. Segundo Pierre Tripier, a Sociologia

do Trabalho privilegiou o método empírico de observação e estudo do ato de trabalho.⁷ Também lhe deu uma prioridade epistemológica, dado que, para esse autor, toda informação recolhida deveria ser reinterpretada em função do que se sabe sobre o trabalho (Tripier, 1991). Em outras palavras, todos os comportamentos têm sentido se são interpretados em função das condições materiais e sociais que definem a situação de trabalho. Esta é a matriz teórica dos trabalhos dos fundadores da disciplina (G. Friedmann, P. Naville, P. Rolle, A. Touraine, C. Durand, J.D. Reymaud) e também da geração neomarxista (S. Mallet, A. Gorz, R. Linhart, B. Coriat, M. Freyssenet).

Uma expressão típica do paradigma proudhoniano é o conceito de *qualificação*, entendido como o sistema de classificações utilizado por empregadores e sindicatos para estabelecer uma equivalência entre as operações técnicas realizadas por um trabalhador e seu valor e reconhecimento social. O conceito adquire todo o seu sentido pela referência paradigmática ao *homo faber*, ao trabalhador que se realiza na transformação da natureza. A importância do tema na França se deveu à defesa corporativista dos sindicatos em face dos novos ofícios e da falta de correspondência entre educação e emprego (Tanguy, 1986; Tripier, 1991).

O enfoque francês do trabalho operário pôde se desenvolver graças à existência de financiamento público para a investigação científica. Segundo M. Rose (1979), os sociólogos do trabalho responderam à demanda proveniente do sistema centralizado de planificação, foram os *Servants of Post Industrial Power*. Isto não impediu um vínculo com a prática social, já que os sociólogos se ligaram estreitamente às diferentes correntes do movimento sindical (CFDT e CGT). Em todos os casos, a pesquisa foi mantida dentro dos limites da empresa e da fábrica. Não se considerava senão marginalmente o contexto econômico e social da empresa e da classe trabalhadora.

Alguns pesquisadores se propuseram a antecipar tendências referentes à evolução

da estrutura social e para isto se basearam nas figuras operárias da fábrica. Tornaram-se conhecidos os trabalhos de Serge Mallet (1963) sobre a nova classe operária. A sociologia da classe operária se fazia partindo do lugar que o trabalhador ocupava na divisão do trabalho interna à empresa, orientação que se manteve nos estudos posteriores sobre os trabalhadores da fase da automatização (Gorz, Linhart, Coriat). Atualmente, depois de vários anos de convivência com altas taxas de desemprego, admite-se a perda de importância da noção de trabalho.⁸

Do Processo de Trabalho à Especialização Flexível

Processo de Trabalho e Figura Operária

Buscando explicar as razões estruturais do desemprego e das disparidades nas rendas, uma geração de economistas norte-americanos (os *radicals*⁹) propõe novos conceitos que se mostraram mais adequados para entender a forma pela qual se vivia politicamente a relação capital-trabalho na América Latina.

Um primeiro grupo de estudos se concentra no espaço da fábrica. Os antecedentes deste enfoque encontram-se na releitura de Marx feita por Harry Braverman. O foco aqui é, novamente, o tema do controle operário, mas agora não mais do ponto de vista dos *managers* e sim do trabalhador. A tese central de Braverman (1975) é que o capitalismo monopolista introduz uma polarização nas qualificações operárias, com a consequente perda progressiva da qualificação profissional. Essa análise foi pioneira ao recolocar a oposição entre capital e trabalho no âmbito da produção. Com ela se inicia uma linha teórica cuja expressão mais conhecida foram as posturas obreiristas europeias de André Gorz e Toni Negri.

Uma figura importante desta corrente é o economista francês Benjamin Coriat. Seus livros sobre o taylorismo (*El Taller y el Cronómetro*), sobre a automatização microeletrônica (*El Taller y el Robot*) e sobre o toyotismo

(*Pensar al Revés*) foram traduzidos e tiveram ampla difusão na América Latina.¹⁰ Coriat contribuiu, assim como Carlota Pérez, para definir os parâmetros centrais dos novos paradigmas produtivos e para o estudo comparativo da economia de tempo implícita no taylorismo, na cadeia de montagem e na automatização flexível. Este último aspecto foi de grande utilidade para compreender as estratégias empresariais de reestruturação e contribuiu para a elaboração da crítica sindical a esses modelos de organização do trabalho.

Assim como os sociólogos humanistas do pós-guerra, os teóricos do processo de trabalho não conseguiram se desfazer completamente do paradigma do determinismo tecnológico. O mérito da corrente neomarxista do processo de trabalho foi permitir passar das análises estruturais globais para a fábrica como terreno de poder.

Mercados Segmentados, Mercados Duais

Um segundo grupo de economistas do trabalho, voltado para o tema emprego e salários, desenvolveu um modelo não competitivo do mercado de trabalho, no qual se introduzem conceitos como a dualização, a segmentação e a polarização (M. Piore, D. Gordon, R. Edwards, S. Bowles e H. Gintis). Baseando-se no estudo de barreiras à mobilidade dos trabalhadores e em casos de países com regiões subdesenvolvidas, como a Itália, estabeleceram um enfoque alternativo à teoria do capital humano que respondia melhor à questão da discriminação na contratação e na fixação de salários. A idéia básica deste modelo é que o mercado de trabalho não funciona segundo o modelo da concorrência perfeita, que existem fatores institucionais que nele interferem e que são as próprias políticas de emprego internas às empresas que configuram a diferenciação de empregos e salários.

Este novo enfoque do mercado de trabalho foi rapidamente adotado pelos pesquisadores latino-americanos, que, sem abandonar a perspectiva dos movimentos so-

ciais, se voltam para o estudo da exclusão, da precariedade e da informalidade nos mercados de trabalho urbanos (PREALC, 1981). Com isso se produz um deslocamento da Sociologia do Trabalho para a Sociologia do Emprego,¹¹ e as investigações passam a estar fundadas em uma problemática mais econômica que sociológica ou política (Iranzo, 1993; Catalano e Novick, 1992). Deve-se assinalar, aqui, duas orientações. Por um lado, os estudos de tipo estatístico, que permitiram a acumulação de informação e foram o substrato que serviu de base, entre outras coisas, para a formulação de programas sociais focalizados, muito em voga hoje em dia. Por outro lado, toda uma corrente de pesquisa sobre as formas de inserção no mercado de trabalho dos setores sociais mais vulneráveis, em particular mulheres e jovens (Montero, 1993).

Pós-Fordismo e Produção Flexível

Imediatamente depois do choque do petróleo que sacudiu o mundo industrializado em 1974-75 se evidencia a crise do modelo fordista. A preocupação com o tema da competitividade aumentou o interesse pelo estudo empírico do processo de trabalho. De forma ininterrupta até o presente, engenheiros, economistas, sociólogos e administradores de empresas pesquisam e comparam sistemas alternativos de produção industrial. A atenção se concentra, num primeiro momento, nos casos do Japão, Itália e Sudeste Asiático e, mais recentemente, na América Latina (México e Brasil).

No início dos anos 80, o trabalho de Piore e Sabel, *The Second Industrial Divide* (1984), teve uma influência decisiva ao postular uma ruptura entre o modelo taylorista-fordista e as novas formas de organização da produção que colocavam o trabalho humano como aporte central para a eficiência do sistema. Ainda que ambos os autores tenham repensado criticamente a idéia original de uma volta ao trabalho artesanal como fonte de competitividade, suas análises apontaram corretamente a importância do envolvimento do trabalhador e do compromisso do cole-

tivo de trabalho para alcançar os aumentos de produtividade e a flexibilidade sistêmica que exigem as novas condições da concorrência global.

O novo paradigma de especialização flexível exige que se volte a atenção para fora da fábrica a fim de compreender o que ocorre no seu interior. Michael Buroway (1985) chama a atenção para as formas de regulação (*politics of production*) e para os regimes de fábrica. O sistema de relações industriais, a relação empresários-Estado, a qualificação da mão-de-obra, as pressões competitivas que pesam sobre a produção local etc. são fatores que passam a ser crescentemente considerados.

Uma linha de trabalho similar, mais difundida nos ambientes empresariais, é a que dá ênfase à competitividade sistêmica, enfoque inaugurado por Michael Porter, nos anos 80, na Harvard Business School. Os estudos do processo de trabalho se inserem, assim, em uma reflexão que deixa de ser puramente acadêmica. A literatura sobre esses temas é muito vasta, variada e de qualidade irregular.

Vigência e Resistência ao Paradigma Evolucionista na América Latina

A retrospectiva histórica que fizemos até aqui nos permite agora situar a evolução da temática do trabalho na região. A Sociologia do Trabalho latino-americana nasce muito vinculada à Sociologia do Desenvolvimento e, de certa forma, a ela subordinada. Subordinada em parte pelos temas, mas principalmente pelo tipo de construção conceitual que termina produzindo a respeito da classe trabalhadora. A temática básica da Sociologia do pós-guerra pode ser caracterizada como a da *transição* de uma sociedade agrária e tradicional para uma sociedade urbana e industrial.¹² É através desta questão que a Sociologia do Trabalho latino-americana entra no espaço da academia e realiza os primeiros estudos sobre a classe trabalhadora e seus movimentos, com o objetivo de combinar uma reflexão teórica e meto-

dológica com uma base empírica de explicação.¹³

Nos anos 50 e 60, quando ocorre o contato mais intenso com as Ciências Sociais norte-americanas, o problema do controle da força de trabalho não era relevante na América Latina. Os problemas da industrialização tardia, impulsionada pelo Estado, em países sem tradição fabril eram de outra natureza, entre eles, como obter o capital, a maquinaria e o conhecimento técnico necessários à produção industrial.

Por sua vez, os problemas sociais eram concebidos como parte do processo de mudança social, de migração e urbanização aceleradas, com seu corolário, a marginalidade urbana. A questão da classe operária derivava basicamente de uma análise de tipo global, de uma questão externa à sua própria constituição e prática: a natureza da sociedade e, particularmente, de seu processo de transição do "atrasado" para o "moderno".

Marcados por esta preocupação, alguns estudos se dirigem às fábricas com o objetivo de investigar as atitudes e comportamentos políticos dos trabalhadores, sua relação com o sindicato, seu nível de consciência (Lopes, 1964; Touraine e Di Tella, 1967; Rodrigues, 1970¹⁴); outros se dirigem aos sindicatos, privilegiando a análise de sua relação com o Estado e os partidos (Rodrigues, 1966; Simão, 1966; Rodrigues, 1967).

Em *Huachipato y Lota* (Touraine e Di Tella, 1967), por exemplo, estudo de caso de duas empresas chilenas que se tornou um clássico da Sociologia do Trabalho latino-americana, a *situação social* é o conceito que permite analisar o impacto de variáveis estruturais sobre o tipo de consciência operária (origem rural ou urbana, a posição na estratificação social, nível educacional, salário). Os autores incluíram outras variáveis subjetivas (tais como a identidade profissional e a satisfação no trabalho) mas sem conferir-lhes importância na análise. As diferenças observadas no comportamento operário em ambas as empresas foram atribuídas ao fato de estas se encontrarem em dois momentos sucessivos da evolução da industrialização,

na transição de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta e de uma gestão empresarial tradicional para uma administração moderna.

O que chama a atenção é que, apesar da diversidade de temas e níveis de análise, os estudos típicos dessa primeira etapa se desenvolvem em um marco interpretativo e analítico relativamente comum, centrado basicamente em dois aspectos. Em primeiro lugar, as características estruturais do processo de industrialização: seu caráter débil, pouco integrado e tardio, e sua incapacidade de produzir os sujeitos sociais considerados típicos das sociedades modernas. A classe trabalhadora "produzida" pela industrialização latino-americana era relativamente pequena, fortemente condicionada por sua origem rural recente, muito apegada aos valores tradicionais do campo, com grande dificuldade de inserção na sociedade industrial. Isto dificultava e quase impossibilitava a estruturação de formas de ação coletiva minimamente eficazes, assim como formas "adequadas" de consciência de classe.

Em segundo lugar, o peso atribuído ao Estado, em particular à sua capacidade reguladora sobre os trabalhadores e sindicatos (baseada no binômio controle/paternalismo), na definição do "campo possível" de ação da classe operária. Estes fatores, devido à força de sua presença na sociedade e à sua permanência histórica, terminaram também por adquirir, nesta matriz explicativa, uma natureza quase estrutural.

O problema da classe operária e do trabalho aparecia, assim, subordinado e determinado pela dinâmica objetiva da sociedade global (Paoli, Sader e Telles, 1984). Isto terá duas consequências. A primeira, uma maior politização da Sociologia do Trabalho latino-americana que, desde suas origens, aparece vinculada aos temas da mudança social, da dependência, do subdesenvolvimento etc., configurando uma trajetória muito distinta daquela seguida pela Sociologia Industrial norte-americana. Por outro lado, essa característica dificultou a visibilidade e a compreensão de uma série de processos con-

cretos de constituição da classe trabalhadora, terminando por privilegiar a construção de uma imagem da classe definida basicamente pelo negativo: *suas ausências, o que lhe falta, o que ela não é*. Essa visão da classe definida pelo negativo no fundo tinha como parâmetro de referência as formas “clássicas” de organização e ação da classe trabalhadora característica dos países centrais.¹⁵

Nesta matriz explicativa, diante da debilidade dos sujeitos sociais, a centralidade do Estado se afirma por duas vias. Em primeiro lugar, aparece como o sujeito desenvolvimentista e modernizador por excelência (Kay, 1991). Em segundo lugar, como o agente que define os parâmetros da ação da classe trabalhadora e suas formas de organização, configurando limites “objetivos” quase impossíveis de serem transpostos por uma classe operária que deveria ser (em teoria) a protagonista da mudança social e, não obstante, era débil, devido à natureza mesma do processo de industrialização descrito. A argumentação, assim, volta a seu ponto de partida, numa espécie de circularidade do modelo analítico.

Primeira Ruptura: A Recuperação da Perspectiva do Ator

Em meados dos anos 70, muda a questão-chave que marca a Sociologia latino-americana. A polarização central deixa de ser aquela entre uma sociedade atrasada (rural-tradicional) e uma sociedade moderna (urbano-industrial) e se define agora pela oposição entre democracia e ditadura. A preocupação central do pensamento sociológico passa a ser a natureza do regime político e as possibilidades de mudança a esse nível. A experiência societal e histórica que está na base desta mudança na trajetória do pensamento é, certamente, a instauração de ditaduras militares em vários países da região.

A ruptura com o paradigma estrutural-determinista nasce, basicamente, da necessidade de repensar a elaboração anterior sobre a classe trabalhadora a partir das duas grandes derrotas que marcam a região neste momento. Em primeiro lugar, a derrota dos

projetos populistas e reformistas, em que o Estado era visto como um ator central, e, em segundo lugar, a derrota do otimismo nacional-desenvolvimentista.

Esta primeira “crise da modernidade” esteve vinculada às mudanças de modelo econômico derivadas dos golpes militares, mas também à evidência dos limites do processo de industrialização “realmente existente” no período democrático quanto à sua capacidade de reduzir a pobreza e integrar as massas populares. Nesse contexto, a industrialização deixa de ser vista como o grande processo redentor das sociedades latino-americanas.¹⁶

Um elemento central desta ruptura é a crítica ao paradigma que postulava ser o Estado (e a institucionalidade dele derivada) o campo fundamental de constituição das classes sociais (positiva e/ou negativamente). Essa crítica está relacionada ao fato histórico do “fechamento do Estado à experiência social” a partir da instauração das ditaduras militares (Paoli, Sader e Telles, 1984).

Em contraposição, enfatiza-se a autonomia da dinâmica social (e em especial dos atores sociais) como fator dotado de poder explicativo. Ganha força a idéia de que o caráter desses atores não provém diretamente do caráter da sociedade e/ou do Estado. Surgem interpretações que atribuem as características do movimento operário latino-americano menos aos “limites objetivos” postos pela natureza da sociedade e do processo de industrialização, e mais a fatores políticos, tais como as orientações dos sindicatos e/ou partidos e as opções históricas feitas pelos sujeitos sociais em determinadas conjunturas. Recupera-se, assim, uma noção menos determinista da história, em que se afirma o peso da contingência e se estende o campo de ação possível dos sujeitos (e a sua responsabilidade no desenrolar dos acontecimentos).

Entre os autores característicos desta etapa destacam-se F. Weffort (1972a e 1972b), F. Delich (1970), M. Murmis e J.C. Portantiero (1971), J.C. Torre (1974), M. Barrera (1973), J.A. Moisés (1978), G. Campero e J. Valenzuela (1985). Além dos estu-

dos de caráter sociopolítico que buscavam analisar a relação do movimento sindical com determinadas conjunturas ou movimentos políticos (tais como o varguismo e a democratização de 1946 no Brasil, a relação com o peronismo na Argentina), surge uma série de estudos de caso de conflitos e greves operárias — entre elas as grandes greves de 1953 em São Paulo (J.A. Moisés), o *Cordobazo* argentino (F. Delich, E. Jelín) e as greves de Contagem e Osasco no Brasil (F. Weffort) — que tratavam de destacar o papel dos trabalhadores como sujeitos coletivos e a sua possível autonomia.

Sob a influência da Sociologia dos Movimentos Sociais, floresce toda uma vertente de estudos que privilegia a dimensão política, o diagnóstico sobre o sistema de dominação, o estudo dos sindicatos em sua relação com o Estado e os partidos (Zapata, 1985; Clacso, 1985; Campero e Cuevas, 1991; Barrera e Falabella, 1990). Desta maneira, a Sociologia do Trabalho se converte quase que em uma “Sociologia do Sindicalismo”.

Contudo, essa ruptura teórica favoreceu, em alguns países, um retorno da Sociologia às fábricas. Na derrota, intelectuais (e atores sociais) “passam a buscar novos pontos de apoio para a oposição à ordem vigente [...] atribuindo novos significados às práticas sociais que antes haviam estado ocultas pela lógica institucional” (Sader e Paoli, 1986).

O curioso é que, em uma situação sociopolítica *mais negativa* que a do período anterior (do ponto de vista das possibilidades da ação sindical), começa a produzir-se uma imagem *mais positiva* da classe operária; em outras palavras, uma imagem que lhe reconhece uma maior possibilidade de afirmação como sujeito coletivo.

Segunda Ruptura: Reversão Produtiva e Processo de Trabalho

A crise da dívida externa, a globalização da economia e as mudanças nos padrões internacionais de competitividade colocam um fim no modelo de desenvolvimento do pós-guerra. A questão-chave, que passa a sobre-determinar a reflexão dos sociólogos do

trabalho, é a crise do modelo de industrialização por substituição de importações, o impacto social do ajuste e da reconversão exportadora, assim como, do ponto de vista micro, a crise do taylorismo-fordismo e sua manifestação nas situações de trabalho.

A economia volta a ganhar supremacia sobre a política, só que, agora, numa visão muito menos otimista e mais tecnocrática do que aquela que havia predominado na primeira fase. A questão passa a ser como se ajustar aos novos padrões de competitividade dominantes internacionalmente, como recuperar alguma forma de inserção na ordem econômica mundial. Neste sentido, perde vigência a *economia política* característica da primeira etapa, na qual, como vimos, a discussão sobre a industrialização e o desenvolvimento aparecia fortemente marcada por uma idéia de mudança social.

Os novos desafios impostos por esses processos aprofundam a inflexão temática e conceitual da Sociologia do Trabalho que havia sido iniciada na fase anterior. Ampliam-se os temas e ganham importância os estudos sobre a empresa e os processos de trabalho.

O regresso da Sociologia às fábricas, no entanto, se faz, em dois momentos. O primeiro deles, em meados dos anos 70, está basicamente vinculado à questão da democracia e da reconstrução do movimento operário e sindical nas situações autoritárias.

No Brasil, redescobre-se a fábrica em meio à ditadura, quando a questão central *não era* a do processo de trabalho propriamente tal. Tratava-se de indagar sobre as manifestações possíveis da subjetividade operária em condições tão adversas. A questão central era (re)descobrir, na *experiência* dos trabalhadores, na *vivência de suas condições de trabalho*, sua capacidade de resistir aos intentos de destruí-los como sujeito coletivo. Em segundo lugar, examinar suas possibilidades de promover mudanças nas condições de trabalho e de recuperar suas formas próprias de organização e luta, tais como o sindicato, a greve, as negociações coletivas. Em terceiro lugar, discutir as condi-

ções de sua participação na luta democrática desenvolvida mais amplamente pela sociedade.¹⁷

Essa mudança temática, por sua vez, supõe uma mudança conceitual: a análise das práticas dos trabalhadores (sua *experiência*, segundo E.P. Thompson) ganha um novo estatuto teórico, substituindo as razões de natureza estrutural na explicação da formação e da atuação da classe trabalhadora.

O olhar sociológico se volta para a vida cotidiana dos trabalhadores na fábrica, recuperando e ampliando a vigência de um nível de análise presente em alguns estudos da fase anterior. Mas a fábrica será agora iluminada por outra problemática, interpelada por outras questões. A análise não estará mais centrada nas possibilidades de modernização da sociedade ou na adequação das atitudes e orientações dos trabalhadores à vida urbano-industrial, mas sim no binômio dominação-resistência. Alguns estudos chamam a atenção para a forma pela qual a organização capitalista do processo de trabalho se constitui em um fator de individualização e controle dos trabalhadores, dificultando a comunicação entre eles e suas possibilidades de ação coletiva (Leite Lopes, 1976; Pereira, 1979; Maroni, 1982; Durand, 1987). Outros trabalhos analisam de que maneira o conhecimento que os trabalhadores, em especial os mais qualificados, logram preservar do processo de trabalho pode transformar-se em um elemento importante de resistência cotidiana (Frederico, 1978) e, inclusive, de configuração dos primeiros movimentos coletivos sob a ditadura (Frederico, 1979; Maroni, 1982).

O espaço da produção se configura, assim, como um espaço politizado. Rompe-se a dicotomia entre economia (produção) por um lado e política (partidos e sindicatos) por outro, dissociação que havia sido característica dos estudos da primeira etapa (Castro e Leite, 1993).

Na Argentina, por sua vez, também se produz, sob a ditadura, uma “volta à fábrica” por meio da temática das *condições de trabalho*, analisada com referência aos *postos de*

trabalho.¹⁸ Na segunda metade dos anos 80, “o olhar dirigido para o interior da unidade produtiva vai focalizar o *processo de trabalho* como unidade de análise, tanto das condições de trabalho como dos efeitos da mudança tecnológica sobre as mesmas” (Catalano e Novick, 1992, p. 41).¹⁹

O segundo momento situa-se em meados dos anos 80, quando se configura a crise do taylorismo-fordismo. O que se busca na fábrica agora é, muito mais claramente, a análise da natureza do processo de trabalho e das relações de trabalho que surgem ou se transformam nas novas condições. Este tipo de estudo passa a ser significativo em um conjunto mais amplo de países, entre eles Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguai, Venezuela (De la Garza, 1993; Humphrey, 1994; Castro e Leite, 1993). Em alguns, como a Venezuela, é a primeira vez que a Sociologia do Trabalho se dirige significativamente às fábricas (Iranzo, 1993). Em outros, como o Chile, se retoma uma trajetória interrompida por muito tempo.

Em alguns destes estudos, o universo da produção continua sendo visto como um espaço de conflito (Carvalho, 1987; Leite e Silva, 1991, entre outros). Em outros, encontramos o predomínio de um determinado tipo de pensamento econômico, despolitizado em relação às grandes questões da mudança social e do desenvolvimento nacional dos anos 50/60, assim como em relação aos estudos de fábrica realizados em fins dos anos 70. Ressurge o tema da *modernização*, identificada agora não com a mudança social, mas sim com a adequação necessária a um novo padrão, um novo *one best way*: o *paradigma pós-fordista*, que supõe um “modelo integrativo de empresa, que tende a apagar as oposições entre os interesses do capital e do trabalho” (Catalano e Novick, 1992, p. 48), e no qual, em geral, o sindicato está ausente.

O Debate Atual: Fordismo Periférico ou Flexibilidade Perversa?

Os sociólogos do trabalho latino-americanos rapidamente absorvem e se inserem na discussão sobre a emergência de novos

paradigmas produtivos surgida a partir da crise do taylorismo-fordismo.

Vale assinalar, como bem observou De la Garza (1993, p. 48), que o conceito de taylorismo-fordismo tem sido utilizado pelos pesquisadores latino-americanos para descrever muito mais um tipo de processo de trabalho que um modelo articulado de produção em massa-consumo de massas.

Além de se posicionar no debate internacional (a respeito do significado das transformações ocorridas no Japão, Europa e Estados Unidos), a discussão se desenvolve no sentido de analisar as relações entre esses processos e a realidade latino-americana: aprofundamento/superação de formas tayloristas de produção; necessidade/factibilidade de aplicação das “técnicas japonesas”; viabilidade/caminhos de constituição dos *modelos de especialização flexível* ou *lean production*.

Configuram-se duas vertentes básicas. A primeira delas toma as tendências presentes no debate internacional como um modelo, posicionando-se como se já estivesse definido um novo *one best way*, radicalmente distinto do fordismo, cuja difusão é inexorável nos países desenvolvidos e que terá de ser inevitavelmente seguida pelo resto. As empresas (ou países) que não o fizerem perderão a última possibilidade de (re)inserção na economia internacional.

A pesquisa conduzida sob essa orientação tem se voltado para o exame de até que ponto este modelo está-se implantando na América Latina e o que falta para alcançá-lo. O discurso analítico se confunde muitas vezes com o discurso propositivo, ou “a tentativa de apreender a realidade se confunde com a tentativa de formular um novo projeto, que seria superior ao que entrou em crise” (Díaz, 1993).

A conclusão destes estudos, em geral, é observar, em alguns poucos casos, a *proximidade* da realidade com o modelo (quando se analisam algumas empresas “de ponta” dos setores “de ponta” — as *best practices* locais), ou, na grande maioria dos casos, sua *distância*, principalmente no que se refere às novas formas de organização do trabalho, à

precariedade da política de recursos humanos, à reprodução de relações de trabalho autoritárias e pouco participativas.

A segunda vertente é mais relativista e não aceita a inexorabilidade de um novo *one best way* que, sendo discutível nos países desenvolvidos, muito mais o seria na América Latina. Sua preocupação tem sido fundamentalmente buscar a singularidade das experiências observadas, enfatizando as diferenças e as particularidades (*entre empresas, setores e países*) dos processos de modernização produtiva em curso, pensadas não como *etapas* distintas de um mesmo processo cujo sentido já está dado, mas sim como distintos *estilos* de modernização tecnológica.

Essa segunda tendência tem sido até agora bastante fértil, produzindo material empírico de boa qualidade, que tem ajudado a avançar muito o conhecimento da realidade do trabalho na região. Um conjunto de estudos recentes sobre os novos paradigmas produtivos, por exemplo, tem procurado demonstrar que o taylorismo-fordismo não está sendo substituído pela “utopia pós-fordista” (De la Garza, 1993, p. 45) e que, longe de implantar-se o paradigma da especialização flexível, o que se difunde são práticas de precarização do emprego, das condições de trabalho e dos salários. Afirmam que pouco se avançou em termos de uma nova relação capital-trabalho (Carrillo, 1993), configurando uma espécie de *flexibilidade espúria* que, a longo prazo, pode ser mais perversa que virtuosa em termos da sustentabilidade do desenvolvimento.

No entanto, passada essa primeira fase de acúmulo, esta segunda vertente corre o risco de perder-se na singularidade (risco que muitas vezes se reflete, metodologicamente, na utilização reiterada e quase exclusiva de estudos de caso ao nível de empresas) e na afirmação (ou reiteração) do particular, contribuindo pouco, dessa forma, para a “elaboração de uma ou várias teorias de nível intermediário” (Díaz, 1993) que permitam superar a incapacidade de generalizar e, portanto, de chegar a conclusões (ainda que

provisórias) sobre os grandes temas em debate.

Conforme observado por vários autores (De la Garza, 1993; Díaz, 1993; Castro e Leite, 1993; Humphrey, 1994), esses problemas podem fazer com que essa vertente encontre seu limite, o que evidenciaria a necessidade de um novo salto dentro da trajetória iniciada nos anos 80.

Conclusões

As Ciências Sociais da região não têm estado alheias à evolução dos paradigmas produtivos nos países industrializados, nem aos enfoques teóricos que têm dado conta desse processo. A trajetória interpretativa que se observa nos estudos do trabalho permite visualizar um duplo movimento intelectual, tanto na fase da industrialização substitutiva como na fase da globalização. Uma parte significativa da produção sociológica latino-americana, como se viu, toma a experiência dos países industrializados como *um modelo paradigmático*, diante do qual não resta outra alternativa senão identificar os vazios e carências de uma realidade "atrasada". A outra, apesar de ter também o debate internacional como referência, não abdica do propósito de identificar e analisar as formas e caminhos próprios de organização da produção e do trabalho existentes na região e em cada país em particular, reconhecendo a presença dos atores e de suas estratégias, e, portanto, o conflito social como parte constitutiva do processo de definição dos novos modelos.

A especificidade da trajetória da Sociologia do Trabalho latino-americana em face dos paradigmas teóricos estrangeiros pode ser explicada por muitas razões. Em parte porque a realidade da industrialização tardia não se ajustava ao ritmo e extensão desse mesmo processo nos países centrais. Por outro lado, porque os modelos não podiam ser aplicados de forma simples a um contexto produtivo caracterizado pela heterogeneidade estrutural e pela precária participação dos sujeitos sociais no sistema político. Mas também porque a inserção das Ciências Sociais

nas sociedades latino-americanas seguiu padrões muito diferentes, caracterizando-se pela distância entre a prática científica e o mundo da empresa, o compromisso social e político dos intelectuais, a restrição à investigação social durante os anos de autoritarismo e o recuo da reflexão crítica na fase de liberalização.

Nesse contexto, não são de estranhar alguns dos traços dos estudos do trabalho que foram ressaltados neste ensaio. De forma sucinta, recordemos alguns deles: (a) a chegada relativamente tardia da Sociologia às fábricas; (b) o predomínio do enfoque da mudança social; (c) o interesse pelo ator sindical e pelo sujeito operário coletivo; (d) a centralidade do tema do poder (do político) em relação à análise da tecnologia e da situação de trabalho; (e) os paradoxos dos processos de *industrialização truncada, modernização selvagem e flexibilidade perversa*.

A principal contribuição dos estudos do trabalho na América Latina não se situa, portanto, no mesmo plano que a da Sociologia Industrial americana e da Sociologia do Trabalho francesa, na medida em que nem a indústria, nem as situações específicas de trabalho foram, durante um longo período, seu centro de interesse. Como procuramos demonstrar neste artigo, as Ciências Sociais na região estiveram, numa primeira etapa, muito vinculadas aos problemas do desenvolvimento e foram permeáveis a uma estratégia de modernização social controlada pelo Estado. Os problemas centrais eram a tomada de consciência, a articulação de sujeitos sociais e sua integração ao processo de *industrialização/urbanização*.

Os regimes autoritários e as políticas neoliberais significaram uma ruptura radical nessa trajetória. Se, na primeira fase, os atores se constituíam com referência ao Estado, sob as ditaduras (re)descobre-se o social como campo de configuração dos sujeitos e de sua possível autonomia. Na etapa do ajuste, os temas da competitividade e da eficiência passam a sobredeterminar a reflexão, levando novamente a um segundo plano o tema dos sujeitos coletivos. Poder-se-ia dizer, as-

sim, que se passou do predomínio do político ao predomínio do econômico. Surge então a pergunta: estamos diante de uma "perda de objeto" das Ciências Sociais?

Parece-nos que não, já que neste artigo constatamos uma grande vitalidade da pesquisa sobre o emprego e o trabalho na região. As mudanças nas situações de trabalho e na configuração da classe trabalhadora, associadas aos processos de reconversão exportadora, privatização e introdução de novas tecnologias, abriram um campo importante para a investigação. O trabalho e a empresa são, como nunca antes, um espaço de interesse para acadêmicos, funcionários pú-

blicos e consultores privados, ainda que isto nem sempre se traduza em maiores recursos para a pesquisa. Quando a formulação de políticas públicas deixar de ser vista exclusivamente como um problema econômico, não se poderá postergar por muito tempo a reflexão teórica sobre as bases sociais do novo modelo de desenvolvimento. É aí que aparece a riqueza e complexidade da realidade do trabalho e a importância da investigação nesse terreno.

(Recebido para publicação
em julho de 1995)

Notas

1. Este esforço foi fortemente estimulado pela realização do Primeiro Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho (México, novembro de 1993) e do Primeiro Encontro Latino-Americano de Estudos do Trabalho (Porto Rico, maio de 1994).
2. Para isso tomamos como referência as publicações de que dispomos e as resenhas apresentadas no Primeiro Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho. Este material se refere principalmente a Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Venezuela.
3. Apesar de a criação de uma seção de Sociologia Industrial no Congresso Anual da American Sociological Society ocorrer apenas em 1946.
4. Exemplo disso foi a reunião em Nova Iorque, em 1951, de um grupo de líderes empresariais e de personalidades acadêmicas para discutir o tema "Criando uma civilização industrial".
5. O livro de C. Kerr *et al.*, *Industrialism and Industrial Man* (1960), ilustra muito bem qual foi a base teórica desta estratégia.
6. Em sua edição do 20.º aniversário, a revista *Sociologie du Travail* reconhece o predomínio do paradigma tecnológico, apesar de que alguns investigadores, como J. D. Reynaud, P. Dubois e C. Durand, insistissem na autonomia da consciência operária em relação à divisão do trabalho.
7. A investigação realizada por A. Touraine, C. Durand e outros em *Les Ouvriers et le Progrès Technique*, em meados dos anos 60, é um típico exemplo dessa perspectiva.
8. Ver a reflexão publicada na revista *Actual Marx*, 1992 e 1993.
9. Qualificados assim por suas posições progressistas, de corte neomarxista.
10. Chama a atenção a sua participação no primeiro seminário *Revolución Tecnológica y Empleo*, realizado no México em 1985. Seus trabalhos foram divulgados antecipadamente por J.C. Neffa no Cone Sul.
11. Para uma resenha desta evolução ver C. Montero-Casassus (1980).
12. Esta questão teórica correspondia à "sensação coletiva" existente em vários grupos sociais de que esta era a experiência fundamental vivenciada no período (Sader e Paoli, 1986, p. 47).

13. Antes disso, as principais fontes de informação disponíveis sobre a classe trabalhadora eram: (a) documentos políticos-programáticos de partidos; (b) testemunhos de militantes sindicais e políticos (principalmente anarquistas e comunistas). Essa foi uma característica comum a vários países latino-americanos, entre eles o Brasil (Sader e Paoli, 1986; Castro e Leite, 1993), o México (De la Garza, 1993) e a Venezuela (Iranzo, 1993).
14. A pesquisa é de 1963.
15. Em dois ensaios sobre os caminhos de constituição da Sociologia do Trabalho no Brasil, Sader e Paoli (1986) e Paoli, Sader e Telles (1984) mostram como se termina construindo uma imagem da classe trabalhadora que subsiste e se superpõe aos próprios conceitos elaborados para descrever e interpretar seu movimento. Esta imagem é basicamente a de sua incapacidade de ação coletiva e autônoma e de sua subordinação ao Estado, dadas pelas determinações estruturais da sociedade brasileira.
16. Segundo Kay (1991, p. 103), já no início dos anos 60 os teóricos da Cepal, principais formuladores do paradigma da industrialização por substituição de importações, começaram a publicar uma série de críticas às características do processo de industrialização latino-americano enfatizando estes dois aspectos.
17. Do conjunto de trabalhos produzidos com esta preocupação podemos assinalar os de C. Frederico (1978 e 1979), J. Humphrey (1979 e 1982), A. Maroni (1982), V.M. Durand (1987), L. Abramo (1986) e H. Faria (1986).
18. Destaca-se o trabalho realizado pelo CEIL-CONICET e pelo Grupo de Condições e Meio Ambiente de Trabalho do Clacso. Dentre as principais publicações podemos citar Neffa *et al.* (1986) e Novick *et al.* (1987).
19. Entre os trabalhos característicos desta etapa destacamos: Walter (1985); Walter, Testa e Ruffier (1987); Gáldiz (1988); Neffa (1989); Casalet (1989); Novick e Lavigne (1990); Novick (1991).

Bibliografia

- Abramo, L.
1986 *O Resgate da Dignidade. As Greves de 1978 em São Bernardo*. Tese de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.
- Arango, L.G.
1991 *Mujer, Religión e Industria Fabricato 1923-1982*. Bogotá, Universidade Externado de Colombia.
- Barrera, M.
1973 *El Conflicto Obrero en el Enclave Cuprífero*. Santiago, Instituto de Economía e Planeamiento, Universidade do Chile.
- Barrera, M. e Falabella G.
1990 *Sindicatos Bajo Regímenes Militares*. Santiago, UNRISD-CES.
- Braverman, H.
1975 *Trabajo y Capital Monopolista*. México, Editorial Nuestro Tiempo.
- Briones, G.
1963 *El Empresario Industrial en América Latina*. Buenos Aires, Cepal.
- Buroway, M.
1985 *The Politics of Production*. Nova Iorque, Verso.

- Campero, G. e Valenzuela, J.
1985 *El Movimiento Sindical Chileno en el Capitalismo Autoritario (1973-1981)*. Santiago, ILET.
- Campero, G. e Cuevas, A.
1991 *Sindicatos y Transición Democrática*. Santiago, Planeta-ISCOS/CISL-Clasco, Coleção El Sindicalismo Latinoamericano en los Noventa.
- Carrillo J. (ed.)
1993 *Condiciones de Empleo y Capacitación en las Maquiladoras de Exportación en México*. México, Secretaria do Trabalho /El Colegio de la Frontera Norte.
- Carvalho, R.Q.
1987 *Automação e Trabalho na Indústria Automobilística*. Brasília, Ed. da UnB/MIC/OIT/PNUD/Iplan.
- Casalet, M.
1989 *Tecnología y Organización del Trabajo. La Industria Metalmeccánica Argentina*. Mexico, UAM-Xochimilco.
- Castro, N. e Leite, M.
1993 "A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações". *BIB*, Rio de Janeiro, Relume Dumará/Anpocs, n. 37, 1.º semestre.
- Catalano, A.M. e Novick, M.
1992 "Relaciones Laborales y Sociología del Trabajo: A la Búsqueda de una Confluencia". *Sociedad*, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires, n. 1 (Las Ciencias Sociales en el Fin de Siglo), outubro.
- Coriat, Benjamin
1982 *El Taller y el Cronómetro*. Madri, Siglo XXI.
1990 *El Taller y el Robot. Ensayo sobre el Fordismo y la Producción Masiva en la Edad de la Eletrónica*. México, Siglo XXI.
1992 *Pensar al Revés. Trabajo y Organización en la Empresa Japonesa*. México, Siglo XXI.
- Clasco
1985 *El Sindicalismo Latinoamericano en los Ochenta*. Santiago, Clasco.
- Colloque de Dourdan
1978 *La Division du Travail*. Paris, Groupe de Sociologie du Travail, Editions Galilée.
- De La Garza, E.
1993 "Reestructuración Productiva y Respuesta Sindical en América Latina 1982-1993". *Sociología del Trabajo*, Madri, n. 19.
- De La Garza, E.; Carrillo, J. e Zapata, F.
1994 "Los Estudios sobre el Trabajo en México". *Revista de Economía y Sociología del Trabajo*, Madri, Ministério del Trabajo y Seguridad Social, ns.23-24 (La Sociología del Trabajo en América Latina).
- Delich, F.
1970 *Crisis y Protesta Social: Córdoba, Mayo de 1969*. Buenos Aires, Signos.
- Díaz, A.
1993 *Industria y Especialización Flexible en América Latina (Apuntes para la Discusión)*. Paper apresentado no SSRIC Workshop Industrial Governance and Labor Flexibility in Comparative Perspective, Nova Iorque, setembro.
- Durand, V.M.
1987 *Crisis y Movimiento Obrero en Brasil*. Cidade do México, UNAM.

- Edwards, R.
1979 *Contested Terrain*. Nova Iorque, Basic Books.
- Faria, H.
1986 *A Experiência Operária nos Anos de Resistência: A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário*. Tese de Mestrado, São Paulo, PUC-SP.
- Frederico, C.
1978 *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo, Ática.
1979 *A Vanguarda Operária*. São Paulo, Símbolo.
- Friedmann, G.
1966 "Prefácio". In Touraine, A. e Di Tella, T., *Huachipato y Lota*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique.
- Gáldiz, A.
1988 *Cambio Tecnológico y Organización: División Técnica del Trabajo y Mobilización de Saberes en Argentina*. Buenos Aires, Eudeba.
- Galofré, F.
1970 *Entrepreneurial and Governmental Elites in Chilean Development*. University Microfilm International.
- Garretón, M.A.
1983 *La Faz Sumergida del Iceberg*. Santiago, Ediciones CESCO.
- Gorz, A.
1973 *Critique de la Division du Travail*. Paris, Seuil.
- Humphrey, J.
1979 "Operários da Indústria Automobilística no Brasil: Novas Tendências no Movimento Trabalhista". *Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 23.
1982 *Fazendo o Milagre (Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística)*. Rio de Janeiro, Vozes/Cebrap.
1994 "Nuevas Cuestiones en la Sociología del Trabajo". *Revista de Economía y Sociología del Trabajo*, Madri, Ministério del Trabajo y Seguridad Social, ns. 23-24 (La Sociología del Trabajo en América Latina).
- Iranzo, C.
1993 "La Sociología del Trabajo en Venezuela". *Revista de Economía y Sociología del Trabajo*, Madri, Ministério del Trabajo y Seguridad Social, ns. 23-24 (La Sociología del Trabajo en América Latina).
- Jelin, E.
1974 "Espontaneidad y Organización en el Movimiento Obrero". *Revista Latino-Americana de Sociología*, Buenos Aires, n. 2 (nueva época).
- Kahl, J.
1976 *Modernization, Exploitation and Dependency in Latin America*. New Brunswick, Transaction Books.
- Kay, C.
1991 "Teorías Latinoamericanas del Desarrollo". *Nueva Sociedad*, Caracas, ILDIS, n. 113.
- Kerr, C.; Dunlop, J.T.; Harbison, F. e Myers, C.A.
1960 *Industrialism and Industrial Man*. Harvard University Press.

- Leite Lopes, J.S.
1976 *O Vapor do Diabo (O Trabalho dos Operários do Açúcar)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Leite, M. e Silva, R.
1991 *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Prática de Resistência*. São Paulo, Iglu-ILDES-Labor.
- Lopes, J.B.
1964 *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo, Difel.
- Mallet, S.
1963 *La Nouvelle Classe Ouvrière*. Paris, Seuil.
- Maroni, A.
1982 *A Estratégia da Recusa*. São Paulo, Brasiliense.
- Moisés, J. A.
1978 *Greve de Massa e Crise Política*. São Paulo, Editora Polis.
- Montero, C.
1993 "Los Problemas de la Integración Social: Empleos Masculinos y Femeninos de Fácil Acceso". *Proposiciones*, Santiago, SUR, n. 24.
- Montero-Casassus, C.
1980 "Le Marché du Travail comme Niveau d'Analyse de Structure de Class". *Sociologie du Travail*, Paris.
- Montero-Casassus, C. e Desmarez, P.
1985 "La Sociologie Industrielle Américaine: Origines, Éclatement et Retour à l'Atelier". In *Le Travail et sa Sociologie*, Paris, L'Harmattan.
- Montgomery, N.
1979 *Workers' Control in America*. Cambridge University Press.
- Moore, W. E.
1946 *Industrial Relations and the Social Order*. Nova Iorque, MacMillan.
- Murmis, M. e Portantiero, J.C.
1971 *Estudios sobre los Orígenes del Peronismo*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- Neffa, J.C.
1989 *Nuevas Tecnologías, Proceso de Trabajo y Condiciones de Trabajo*. Buenos Aires, Fundación Friedrich Ebert.
- Neffa, J.C. et al.
1986 *Las Condiciones de Trabajo en la Argentina*. Buenos Aires, CEIL-Humanitas, 3 tomos.
- Noble, D.
1977 *America by Design*. Oxford University Press.
- Novick, M.
1991 "Nuevas Tecnologías de Gestión y Acción Sindical. Los Metodos Japoneses de Producción en la Industria Argentina". *Estudios del Trabajo*, Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, n. 1, 1.º semestre.
- Novick, M. e Lavigne, E.
1990 "Nuevas Tecnologías de Gestión: Una Alternativa Hacia un Nuevo Modelo de Empresa?". *Documento de Trabajo*, CEIL-CONICET, n. 20.

- Novick, M. *et al.*
1987 *Condiciones de Trabajo en América Latina*. Buenos Aires, Clasco-CONICET.
- Paoli, M.C.; Sader, E. e Telles, V.
1984 "Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico". *Revista Brasileira de História*, Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH), n. 6.
- Pereira, V.
1979 *O Coração da Fábrica*. Rio de Janeiro, Campus.
- Piore M. e Sabel C.
1984 *The Second Industrial Divide*. Nova Iorque, Basic Books.
- PREALC
1981 *Sector Informal: Funcionamiento y Políticas*. Santiago, PREALC.
- Rama, G. e Silveira, S.
1991 *Políticas de Recursos Humanos de la Industria Exportadora de Uruguay*. Cinterfor-Cepal.
- Rodrigues, A.
1967 *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel.
- Rodrigues, L.M.
1966 *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel.
1970 *Industrialização e Atitudes Operárias*. São Paulo, Brasiliense.
- Rose, M.
1979 *Servants of Post Industrial Power*. Londres, MacMillan.
- Sader, E. e Paoli, M.C.
1986 "Sobre Clases Populares no Pensamento Sociológico". In Cardoso, R. (org.), *A Aventura Antropológica*, São Paulo, Brasiliense.
- Simão, A.
1966 *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus Editora.
- Sulmont, D.
1993 "Sociología del Trabajo en el Perú, un Balance". *Revista de Economía y Sociología del Trabajo*, Madrid, Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, ns.23-24 (Sociología del Trabajo en América Latina).
- Tanguy, L.
1986 *L'Introuvable Relation Formation/Emploi*. Paris, La Documentation Française.
- Torre, J.C.
1974 *El Proceso Político Interno de los Sindicatos en Argentina*. Buenos Aires, CIS.
- Touraine, A.
1992 *Critique de la Modernité*. Paris, Fayard.
- Touraine, A. e Di Tella, T.
1967 *Huachipato et Lota*. Paris, Centre National de la Recherche Scientifique.
- Touraine, A.; Durand, C. e Dofny, J.
1966 *Les Ouvriers et le Progrès Technique*. Paris, Armand Collin.
- Tripier, P.
1991 *Du Travail à l'Emploi. Paradigmes, Idéologies et Interactions*. Editions de l'Université de Bruxelles.

- Walter, J.
1985 *Taylorización en una Empresa Autopartista*. Tese de Doutorado.
- Walter, J.; Testa, J. e Ruffier, J.
1987 "Los Saberes de la Informatización en la Industria Argentina". *Documento de Trabajo*, Buenos Aires, CONICET-ORSTOM, n. 17.
- Warner, W.L. e Low J.
1947 *The Social System of the Modern Factory*. Yale University Press.
- Weffort, F.
1972a *Sindicatos y Política*. Tese de Livre-Docência, São Paulo, FFLCH-USP.
1972b "Participação e Conflito Industrial: As Greves de Osasco e Contagem". *Cadernos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 6.
- Whyte, W.F.
1946 *Industry and Society*. Nova Iorque, MacGraw Hill.
- Zapata, F.
1985 "Vers une Sociologie du Travail Latinoaméricaine". In *Le Travail et sa Sociologie*, Paris, L'Harmattan.